

História da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus no contexto de *Belle Époque* - 1909

Cristina da Silva Araújo*
Fábio Souza Correa Lima**

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil

Resumo

O presente artigo aborda a formação e os primeiros anos da Faculdade de *Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus* pelo olhar dos periódicos acadêmicos amazonenses das décadas de 1910 a 1920. Trata-se de um estudo sobre o surgimento do referido curso no seio da Escola Universitária Livre de Manaus, inaugurada em 1909. O trabalho também tem como objetivo abordar o processo de reconhecimento da faculdade pelos órgãos federais competentes e analisar o posicionamento da imprensa acadêmica acerca desse processo. A metodologia utilizada é a de análise dos periódicos, aliada ao conceito de memória, contextualizada sob uma abordagem de história social. O estudo concluiu que a Faculdade foi fruto do contexto histórico de *Belle Époque* manauara, perfazendo os ideais de uma elite intelectual quanto a modernização da capital amazonense.

Palavras-chave: *Belle Époque*; ciências jurídicas; história da educação; Manaus; memória.

Historia de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de Manaus en el contexto de la Belle Époque (1909)


Resumen

El presente artículo aborda la formación y los primeros años de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de Manaus a través de la mirada de las revistas académicas amazónicas de las décadas de 1910 a 1920. Se trata de un estudio sobre el surgimiento de dicho curso en 1909, bajo el nombre de Escuela Universitaria Libre de Manaus. El trabajo también tiene como objetivo abordar el proceso de reconocimiento de la facultad por parte de los organismos federales competentes y analizar la posición de la prensa académica sobre este proceso. La metodología utilizada es la análisis de las revistas, junto con el concepto de memoria, contextualizado bajo un enfoque de historia social. El estudio concluyó que la Facultad fue fruto del contexto histórico de la Belle Époque de Manaus, cumpliendo los ideales de una élite intelectual en cuanto a la modernización de la capital amazónica.

Palabras clave: Belle Époque; Ciencias Jurídicas; Historia de la Educación; Manaus; Memoria.

* Historiadora e Pedagoga pela Universidade Federal do Amazonas. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação da UFAM. E-mail: tinadearaujoo@gmail.com.

 <http://lattes.cnpq.br/7998248744906430>.  <https://orcid.org/0000-0003-4174-9029>

** Historiador pela Universidade Federal Fluminense. Filósofo, com doutorado em Educação (Linha de História da Educação) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Prof. Adjunto da Universidade Federal do Amazonas e prof. Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da UFAM. E-mail: fabiosouzaclima@ufam.edu.br.  <http://lattes.cnpq.br/5716524044404475>.

 <https://orcid.org/0000-0002-1855-1738>

Recebido em 20 de janeiro de 2025 e aprovado para publicação em 7 de agosto de 2025.

History of the Faculty of Legal and Social Sciences of Manaus in the Context of the Belle Époque (1909)

Abstract

This article discusses the formation and early years of the Faculty of Legal and Social Sciences of Manaus through the lens of Amazonian academic journals from the 1910s to 1920s. This study explores the emergence of the program in 1909, under the name of the Free University School of Manaus. The work also aims to address the process of the faculty's recognition by the appropriate federal agencies and analyze the academic press's stance on this process. The methodology used is periodical analysis, combined with the concept of memory, contextualized within a social history framework. The study concluded that the Faculty was a product of the historical context of Manaus' Belle Époque, fulfilling the ideals of an intellectual elite regarding the modernization of the Amazonian capital.

Keywords: Belle Époque; Legal Sciences; History of Education; Manaus; Memory.

Histoire de la Faculté des sciences juridiques et sociales de Manaus dans le contexte de la Belle Époque (1909)

Résumé

Cet article aborde la formation et les premières années de la Faculté des sciences juridiques et sociales de Manaus à travers le prisme des revues universitaires amazoniennes des années 1910 à 1920. Cette étude explore l'émergence du programme en 1909, sous le nom d'École universitaire libre de Manaus. L'étude vise également à aborder le processus de reconnaissance de la faculté par les organismes fédéraux compétents et à analyser la position de la presse académique à ce sujet. La méthodologie utilisée repose sur l'analyse périodique, combinée au concept de mémoire, contextualisée par une approche d'histoire sociale. L'étude conclut que la faculté est un produit du contexte historique de la Belle Époque de Manaus, concrétisant les idéaux d'une élite intellectuelle pour la modernisation de la capitale amazonienne.

Mots-clés : Belle Époque ; Sciences juridiques ; Histoire de l'éducation ; Manaus ; Mémoire.

Geschichte der Fakultät für Rechts- und Sozialwissenschaften von Manaus im Kontext der Belle Époque (1909)

Zusammenfassung

Der vorliegende Artikel befasst sich mit der Gründung und den ersten Jahren der Fakultät für Rechts- und Sozialwissenschaften von Manaus aus der Perspektive der akademischen Zeitschriften aus Amazonas aus den Jahrzehnten 1910 bis 1920. Es handelt sich um eine Studie über die Entstehung des genannten Studiengangs im Jahr 1909 unter dem Namen Escola Universitária Livre de Manáos (Freie Universität von Manaus). Die Arbeit hat auch zum Ziel, den Prozess der Anerkennung der Fakultät durch die zuständigen Bundesbehörden zu behandeln und die Position der akademischen Presse zu diesem Prozess zu analysieren. Die verwendete Methodik ist die Analyse der Zeitschriften, verbunden mit dem Konzept der Erinnerung, kontextualisiert unter einem sozialhistorischen Ansatz. Die Studie kam zu dem Schluss, dass die Fakultät das Ergebnis des historischen Kontexts der Belle Époque in Manaus war und die Ideale einer intellektuellen Elite hinsichtlich der Modernisierung der Hauptstadt des Bundesstaates Amazonas widerspiegelte.

Schlüsselwörter: Belle Époque; Rechtswissenschaften; Bildungsgeschichte; Manaus; Erinnerung.

美好年代(1909)历史背景下的马瑙斯法律与社会科学学院

摘要

本文以20世纪10年代至20年代亚马逊地区学术期刊为视角，探讨了马瑙斯法律与社会科学学院的(Sciencias Juridicas e Sociaes de Manáos)

的成立及其早期发展历程。本研究探讨了该学院于1909年以马瑙斯自由大学学院 (Escola Universitária Livre de Manáos)

的名义成立的过程。此外，本研究还旨在探讨该学院获得相关联邦机构认可的过程，并分析学术媒体对此的立场。研究方法为期刊文献，并结合社会史方法对现存的“记忆”进行语境化探讨。本研究得出的结论是，该学院是马瑙斯的橡胶经济繁荣期——所谓的“美好年代”（1870-1913）——历史背景下的产物，体现了知识精英对亚马逊首都现代化的理想与期待。

关键词：美好年代；法律科学；教育史；马瑙斯；记忆

Introdução

Nosso estudo se debruça cronologicamente sobre o início do século XX, entre 1909 e 1927, e, especialmente, sobre a capital do Amazonas, a cidade de Manaus. Para a contextualização desses recortes, abordamos os efeitos do ciclo econômico gomífero, bem como o desenvolvimento da estrutura da cidade que, de acordo com as nossas investigações, tornaram possível a instalação da Faculdade de *Sciencias Jurídicas e Sociaes de Manáos*, no contexto da criação da Escola Universitária Livre de Manáos.

Nesse sentido, também é importante ressaltar que a Faculdade de Direito do Amazonas tem suas origens na Faculdade de *Sciencias Jurídicas e Sociaies*. Isso porque, como veremos, em determinado momento de sua história, o curso de formação em direito se separou da Escola Universitária Livre de *Manáos*. Décadas depois, em 1962, o curso foi agregado a Universidade do Amazonas (UA), que por sua vez, em 2002, foi renomeada como Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Esse estudo é fruto de uma investigação que utiliza como fontes os periódicos *O Acadêmico - Órgão dos estudantes da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociaes de Manáos*, *Archivos da Universidade de Manáos* e *Revista Acadêmica - da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociaes de Manáos*, em cruzamento de dados com documentos oficiais e uma bibliografia específica. Na leitura desses periódicos de cerca de um século evidenciamos uma grafia diferente das que utilizamos correntemente na norma culta da língua portuguesa. Diante disso, ressaltamos que para a escrita desse trabalho iremos manter a grafia dos periódicos e de seus conteúdos, exercitando a ortografia atualizada para as palavras que nos cabem nessa produção de história da educação.

A escolha das fontes citadas se deu pela possibilidade de conhecer não apenas a trajetória da instituição que estudamos, mas também um pouco da vida de alguns sujeitos que estiveram envolvidos na sua criação. São sujeitos que escreveram matérias nos jornais, se envolveram com a Faculdade, tornaram públicas as suas aspirações, as suas críticas e os seus interesses. Nesse sentido, ao realizar um estudo que também oferece espaço aos sujeitos, entendemos como necessário o uso da metodologia de análise de periódicos, tomando por base o texto clássico de Tania Regina de Luca (2005).

Segundo Luca (2005, p. 140), “O pesquisador de jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia [...] será preciso dar conta das emoções que levaram a decisão de publicidade”. Importante levar em consideração ainda que os jornais e revistas não são obras solitárias, mas, por outro lado, reúnem um conjunto de indivíduos, agregam pessoas em volta de uma determinada ideia, crença e valores. É nesse sentido, considerando os interesses de criação de uma Faculdade no Amazonas no início do século XX, que entendemos que a educação está integrada ao contexto político social e cultural de uma país.

A pesquisa de periódicos foi realizada no acervo do sítio da Fundação Biblioteca Nacional (1926-1928), no acervo BNDigital – Obras gerais e Hemeroteca Digital, onde foram encontrados quatro números do periódico *O Acadêmico* Ano 01/nº1-1926; Nº2; Nº3; Nº4. No acervo da UFAM, encontramos o periódico *Archivos da Universidade de Manáos* Ano IV, Vol IV, Nº 3 – 1914 (Edição Fac-similar de recuperação gráfica e trabalho de restauro, publicado pela Imprensa Universitária e ACA – Associação Comercial do Amazonas, 1989). Também realizamos pesquisa nas edições da *Archivos da Universidade de Manáos* dos anos I, II, IV, V, VIII, entre 1911 à 1920, disponíveis no Acervo documental da Biblioteca Mario Ypiranga do Centro Cultural Povos da Amazônia (CCPA). Além da *Revista Acadêmica*, Ano II, Nº2, de 1923, em sua edição original e sua edição comemorativa de 90 anos, fac-similar do primeiro número, de 1922, publicada pela Editora Valer, 1999.

Ao trabalharmos com esses periódicos, refletimos acerca do conteúdo de suas publicações, posto que representam o posicionamento de estudantes e professores. Por meio das páginas desses periódicos, tal como expõe Luca (2005, p. 120), é possível evidenciar a riqueza de um corpo documental, percebendo as correntes ideológicas, mobilizações, condições de vida e trabalho, além da politização dos sujeitos envolvidos com a criação da Faculdade.

As transformações do século XX foram perscrutadas pela imprensa, a aceleração do tempo, artefatos da modernidade. Tudo foi documentado pelas revistas e jornais, os automóveis, bondes, eletricidade, cinema, casas noturnas, fonógrafos, toda a difusão dos novos hábitos, novos valores, espaços públicos, e tudo isso que era narrado nos periódicos, virou preocupação para os historiadores que buscavam as respostas para essas mudanças do século XX, da vida moderna, da civilidade, na imprensa periódica.

Entendemos, dessa maneira, que investigar sobre a Faculdade de *Sciencias Juridicas e Sociaes de Manáos* sugere resgatar parte da memória da cultura amazonense. Trata-se das dificuldades iniciais de instalação da instituição, afinal, como descreve Le Goff (2013), uma obra arquitetônica, um troféu, uma tumba ou mesmo um

acervo pessoal, tem valor para o resgate de sua história. Esses elementos do passado trazem um legado, uma forte influência na construção da identidade de pessoas e regiões, atribuindo a elas formas de pensamento e práticas comuns. Trata-se também das disputas de diferentes sujeitos visando a sua existência independente frente à Escola Universitária Livre de *Manáos* nos anos 1920, visto que “a memória perpetua a recordação e está interligada à sociabilização dos indivíduos” (Le Goff, 2013, p. 417).

A escolha do recorte temporal e o uso de tais fontes nos força também a um investimento na pesquisa da história de Manaus, pois a sua contextualização envolve uma pequena parte da *Belle Époque* em uma economia gomífera que havia sido pujante, mas já dava sinais de desgaste. Isto é, embora tenhamos evidentes a data de criação da faculdade, em 1909 e sua desagregação da universidade em 1921, se torna necessário entender todo contexto social, político e econômico que basearam esses marcos para a história da instituição até 1927. Colocadas essas bases de nosso estudo, convidamos os leitores a conhecer mais sobre a região amazônica, sua cultura e a sua educação a partir da história de sua primeira faculdade de ensino do Direito.

***Belle Époque*, borracha e educação na capital do Amazonas**

A ideia de progresso e civilidade se difundiu em todas as capitais brasileiras que buscavam ares modernizantes na virada para o século XX. O pensamento modernizador implicava na remodelação, higienização e saneamento das regiões urbanizadas. Para isso, um conjunto de intervenções foram apontadas como necessárias para que essas cidades se tornassem frações de uma Europa possível, escondendo ou destruindo o que significava atraso ou vergonha aos olhos das elites sociais. Nesse contexto, a capital mais isolada geograficamente do restante do país experimentou também um momento único em sua história: o ciclo econômico gomífero (1870 – 1912).

No apogeu, quando as indústrias europeias utilizavam em larga escala esse material achado exclusivamente no norte do Brasil, a comercialização dessa riqueza natural estabeleceu uma era de transformações na cidade de Manaus, chamada de *Belle Époque* manauara. Em pouco tempo, a pequena “cidade de palha” cedeu espaço para a “Paris dos Trópicos”, com seu luxuoso Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça, a Biblioteca Pública, a Alfândega, a Penitenciária do Estado, o Porto Flutuante. Todas essas obras marcaram um momento de efervescência intelectual e cultural de novos modos parisienses, porém, de comércio londrino (Burns, 1966).

As linhas de paquetes a vapor de Liverpool traziam desde cavalos de raça árabe, joias, relógios de algibeira, tecidos, fogões ou fornos de ferro, pianos ingleses e produtos de outras capitais modernas como as modas, folhetins, operetas de Paris, máquinas de costura norte-americana, frutas, peixes, chope. Tudo isso para uma cidade cujo principal meio de chegada era pelo Porto de Manaus, construído com características da engenharia inglesa. Atuavam como espelhos para o mundo burguês, empresas como a *Manáos Harbour Limited*, que ao transformar o antigo porto de lenha no chamado *Roadway*, oferecia na entrada da *Paris das Selvas* um roteiro de passeio dominical para as famílias manauaras (Pinheiro, 2003).

As construções e transformações na cidade sentenciou sobre essa era: a urbanização e a industrialização. Todo esse sistema, no entanto, se resumia na exploração da seringueira (árvore utilizada para produção do látex) e dos seringueiros (mão de obra explorada na fabricação da borracha), e no enriquecimento de um pequeno grupo na região: os seringalistas, donos do seringal, além, claro, dos comerciantes europeus, que enviavam seus lucros para os países de origem.

No caso dos seringalistas, tanta riqueza concentrada em uma área denotava também oportunidades de investimento e trabalho. Muita gente que buscava prosperar, ouvindo histórias de um lugar fácil de fazer fortuna, onde o dinheiro corria em desvario, tomou o caminho de subida do Rio Amazonas (Pinheiro, 2003). Os movimentos migratórios trouxeram a cidade de Manaus, imigrantes de várias nacionalidades e localidades do país.

No Amazonas, cidade de Manáos, havia um grande contingente de empresas estrangeiras importando esses produtos, como *Smith and Wesson*, *Collins* terçados, a empresa Victor que comercializava gramofones, sapatos *Walk-over*, os perfumes *Lubin*, *Whiskey Blach and White*, *Gin Booth*, empresa *Fussel* de leite condensado, os motores da Otto, licores *Bardinet*, máquinas de escrever *Sun*, automóveis *Deutz*, as manteigas da Escandinávia. Na vida comercial de Manaus, os britânicos comercializavam intensamente devido à linha de tráfego a Londres, seus navios traziam a libra esterlina, e fundaram o banco inglês. Os hábitos eram franceses, o gosto e estilo buscava o espírito de vida parisiense. A língua francesa era ensinada na Escola Normal, as mulheres usavam vestidos da *Au Bom Marché*, *La Ville* de Paris, *Parc Royal*, *Mme. Marie*, e o paladar preferia *escargot* e *paté de foie* (Burns, 1966, p. 10).

Segundo escreve Ana Maria Daou (2000), o auge de exportação da borracha fez nascer muitos ricos ainda jovens. Eram exportadores europeus ou comerciantes ligados a urbanização e administração da cidade e dos seringais. Com efeito, Manaus, na virada para o século XX, já possuía uma elite de grandes comerciantes, profissionais liberais e políticos, todos ligados à exploração do látex, mas ainda dependentes de uma formação de fora do estado, tal como nos séculos anteriores. Uma situação ligada a educação que estava

mudando lentamente desde a elevação do Amazonas à condição de província (1850), mas que, diante do contexto que descrevemos, também teve sua transformação acelerada.

Até aquele momento, o aparato educacional contava com pouquíssimas iniciativas de escolas de primeiras letras. Quase que exclusivamente, o principal instituto de ensino era o Liceu Provincial Amazonense, aberto em 1869 e a Escola Normal do Amazonas, que iniciou seus trabalhos em 1880. Na gestão do governador Eduardo Gonçalves Ribeiro (1890 – 1881/ 1892 – 1896), já no ciclo da borracha, foram abertas vinte e duas escolas, sendo cinco masculinas, seis femininas e onze mistas. Apesar do número de escolas, o atendimento passou longe de chegar a toda população.

Fora dos domínios da elite, havia poucas categorias de trabalhadores urbanos com taxas de escolarização elevada. No trato com a palavra impressa, transitavam com certa desenvoltura no restrito universo da cultura letrada, enquanto a ampla maioria dos trabalhadores brasileiros era constituída de iletrados (Pinheiro, 2003, p. 3).

Considerando todos os avanços técnicos proporcionados pelo crescimento econômico e o enriquecimento de poucos, a educação assumiu a condição de diferenciador social. A formação superior se tornou uma política pública, embora tivesse características pouco republicanas e democráticas. A escolha dos estudantes com estudos pagos no exterior era realizada na Assembleia Estadual, porém, os escolhidos representavam um pequeno grupo na região, filhos da elite política da cidade. Muitos representantes eram eleitos com recursos de campanha oriundos das elites do estado, que, por sua vez, requeriam financiamento dos estudos superiores na Assembleia, o que forneceu as bases sobre as quais a elite se consolidou. Aos que ao retorno, era garantida a inserção na vida urbana no exercício de cargos públicos, portanto;

A escolaridade foi um diferenciador social, sobretudo pelas dificuldades impostas à concretização dos estudos secundário e superior no Amazonas. O subsídio à formação dos jovens amazonenses foi prática comum daquela sociedade: a educação era vista como investimento inquestionável de aprimoramento e construção da diferenciação social (Daou, 2000, p. 879).

Esse quadro de ensino superior garantiu a Manaus um contingente de doutores formados em Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Lisboa, Roma e Paris. Uma elite letrada e experimentada em um ambiente cosmopolita europeu com refinamento intelectual via em Manaus um ambiente educacional e cultural acanhado. Muitos dos formados decidiam não retornar ao Amazonas. Os que voltavam, montavam estratégias de ambientar uma vida literária, fomentando direta ou indiretamente à cultura local com a criação de bibliotecas, cafés literários, periódicos e clubes.

Fruto desse contexto, no ano de 1909, Manaus proporcionou o desenvolvimento da Escola Universitária Livre de *Manáos* (Cunha, 2007). Assim, ainda sob os últimos respiros do ciclo econômico da borracha, com a participação das elites formadas da capital do Amazonas e do clube de militares (o Clube da Guarda Nacional, também formado por intelectuais), foi projetada uma escola militar que se transformou em universidade, tendo em seu seio a Faculdade de *Sciencias Jurídicas e Sociais de Manáos*.

A Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes de Manáos

No final da primeira década do século XX, militares, ao lado de uma elite intelectual que fomentava a cultura local, fundaram em Manaus o Clube da Guarda Nacional do Amazonas. Em 10 de novembro de 1908, o tenente coronel Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves publicou uma resolução que mudava o escopo do ensino da instituição, afirmando: “*Fica creada na cidade de Manáos, uma escola militar pratica que se denominará, Escola Militar Pratica do Amazonas*” (Escola [...], 1915, p. 70 - [Archivos da Universidade de Manáos]).

Na prática, o ensino da instituição foi dividido em dois cursos, o preparatório e o superior, ambos de instrução característica militar, sendo, contudo, destinados a qualquer civil brasileiro interessado. No mesmo ano de 1908, no dia 28 de novembro, o nome da escola sofreu nova mudança, passando a se chamar Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas. A partir do instituto criado, buscou-se ampliar as formações, dando origem a mais cursos tipicamente militares como Infantaria, Cavalaria, artilharia, tecnologia militar, mecânica e matemáticas – aritmética, trigonometria, geometria e desenho, mas também a cursos voltados para o trabalho civil, como telegrafia, economia política, fotografia, inglês e alemão, direito internacional.

Em 11 de janeiro de 1909, Joaquim Eulálio da Silva Chaves continuava a frente da unidade de ensino, quando, com o apoio dos membros do conselho constituinte da instituição, reuniu sete cursos superiores e criou a *Escola Universitaria Livre de Manáos*. Para Luiz Antonio Cunha (2007), professor emérito da UFRJ, essa foi a primeira experiência universitária do país.

Esta era uma necessidade no Amazonas, com uma capital de cerca de 50.000 habitantes e situada tão longe dos centros de estudos que, para seus filhos, devia ser muito penoso e dispendioso procurar esses centros. Essa circunstância favorecerá naturalmente a manutenção da Escola Universitaria. (Como nos recebem. 1911, p. 127 - [Archivos da Universidade de Manáos]).

Mais tarde, em 13 de julho de 1913, após votação do colegiado foi decidida a mudança do nome de Escola Universitária Livre de Manaus para Universidade de *Manaus*. Na edição de 1915 do periódico *Archivos da Universidade de Manaus*, referente ao período de julho a dezembro de 1914, o depoimento dos fundadores versava sobre a constituição de um espaço de exercício cultural, conforme apontamos anteriormente.

A ideia de criação da universidade foi a de reconquistar para convívio científico e literário a elite intelectual de então entregue a especulações egoístas, da natureza mercantil, durante o fastígio da borracha (HISTÓRICO, 1915, p. 69 - [Archivos da Universidade de Manaus]).

Segundo escreve Aderson Menezes, antigo reitor da Universidade do Amazonas (1964 – 1965), por ocasião da criação da universidade, procuraram identificá-la com a ciência. Dessa forma, o Capitão Pedro Botelho da Cunha, o Tenente-Coronel e engenheiro Eulálio Chaves, o engenheiro civil alemão, o naturalizado brasileiro Henrique José Moers, o advogado Simplicio Coelho Rezende, o médico Galdino Ramos, entre outros, escolheram como selo da nova instituição o lema “*In universa scientia veritas*” (Menezes, 1959). Após instalação dos cursos e definição do lema, a abertura para a frequência dos alunos se deu em 15 de março de 1910 sob sessão magna.

Realizou-se ontem, às 2 horas da tarde, a sessão magna de abertura dos cursos da Universidade com a presença dos Srs. Governador, Inspector da Região Militar, Superintendente e autoridades civis e militares, médicos, advogados, engenheiros, e a imprensa. O Dr Coelho Rezende dissertou sobre a evolução dos cursos de Ciências Jurídicas no Brasil (Abertura dos cursos, 1914, p. 73 - [Archivos da Universidade de Manaus]).

Subvenções e donativos foram ofertados a universidade por diferentes entidades privadas e públicas, além da participação de indivíduos no processo. Houve financiamento do Tesouro do Estado, da Intendência Municipal, e, em parte, também de alguns acadêmicos e lentes (professor catedrático) da Faculdade de *Sciencias Jurídicas e Sociaes*, que angariavam donativos dos municípios do interior do Amazonas. Essas doações do interior vinham de coronéis, doutores, e empresas comerciais.

Cedi à Universidade de Manaus, o prédio do Estado sito à Avenida Joaquim Nabuco, onde funcionou a extinta Repartição de Obras Públicas, Acanhadamente acomodada até então no Grupo Escolar Saldanha Marinho, não podia a Universidade de Manaus com a criação de novos cursos, dar expansão ao seu já notável desenvolvimento, sem que o Estado viesse em seu auxílio (MENSAGEM, 1914, p. 73 – [Archivos da Universidade de Manaus]).

A própria fonte que utilizamos, a *Archivos da Universidade de Manaus*, também foi financiada com capital privado como esforço de estruturação da universidade. Ela obteve assinaturas no valor de 20\$000 (vinte mil réis) cada, totalizando o valor de 220\$000 (duzentos e vinte mil réis) (Subvenções [...], 1914, p. 78 - [Archivos da Universidade de

Manáos]). Com efeito, a produção de seus textos não deixava de considerar os méritos de seus doadores (Luca, 2005).

Não fora outra destinação senão servir à mocidade sedenta de estudos na vasta esfera da ciência jurídica. E, servindo aos moços, prestar ao Estado do Amazonas o seu contingente apreciável na formação de elites de pensamento e cultura [...]. A Faculdade de Direito do Amazonas foi alvo de procura da juventude em idade escolar, bem como de adultos e forjou a maioridade cultural do Amazonas, cujos filhos até então ficavam na dependência de escolas superiores além-fronteiras (Menezes, 1959, p. 257).

A formação dos alunos da Faculdade de *Sciencias Juridicas e Sociaes* estava finalmente no horizonte de acontecimentos, porém, ainda sem reconhecimento estadual e federal. Consciente disso, o estado do Amazonas, nas figuras do legislativo e do executivo, resolveu o problema antes mesmo que as aulas começassem. Demonstrando o interesse na construção do curso e da própria universidade, o governador do estado, Clemente Ribeiro Bittencourt sancionou: “Art. Único – São considerados validos no Estado os títulos conferidos pela Escola Universitária Livre de Manáos e revogadas as disposições em contrário” (Lei n.º 601..., 1913, p. 26 – [Archivos da Universidade de Manáos]).

Apesar da ação do governador, o reconhecimento federal continuou um problema. Não se tratava apenas de atribuir valor aos diplomas em âmbito nacional, mas também da possibilidade de contar com recursos federais para a manutenção da faculdade e da universidade. Por conta disso, houve uma mudança de posição da Faculdade de *Sciencias Juridicas e Sociaes* que atingiu diretamente a Universidade de Manáos, conforme veremos no próximo tópico.

Mesmo diante dessas condições, a primeira turma se formou em 1914 com ampla notoriedade social no estado do Amazonas. A imprensa, na figura do jornal *Folha do Amazonas*, no artigo “Os dias de ensino – Sollenidade de Formatura” (texto reproduzido na revista *Archivos da Universidade de Manáos*), perscrutou esse momento especial no início do século XX;

Não se quer que tenha sido outro assunto do dia. O acontecimento tomou as proporções devida a sua importância. Às 14 horas, o salão nobre do Gynasio Amazonense, estava deslumbrante, com sua sóbria ornamentação, e assembleia compacta da família amazonense e altos representantes do poder público, a orquestra dos alunos do instituto Benjamim Constant ocupou o salão sob o maestro João Donizetti, com hino acadêmico, após, houve a oratória do ilustre lente Araujo Filho, orador sempre aplaudido, ecoou então o hino nacional cantado por crianças. A colação dos primeiros bacharéis foi um ritual que ficou na memória da universidade, fechando o ciclo do quinquênio [...] (Os primeiros bacharéis, 1914, p. 91 - [Archivos da Universidade de Manáos]).

Com a solenidade de colação de grau dos primeiros bacharéis em *Sciencias Juridicas e Sociaes* da universidade, a instituição se tornou exatamente o que os seus

criadores planejaram: uma referência cultural e intelectual na capital do Amazonas. O evento foi considerado uma conquista para a cidade, permanecendo como memória da instituição a festa em que a imprensa, as autoridades locais e outras milhares de pessoas se reuniram na praça da Constituição com a única finalidade de prestigiar os formandos.

O reconhecimento federal

O reconhecimento federal exigiu outros esforços do colegiado que compunha a gestão da Universidade de *Manáos*. Conforme apontamos, tal reconhecimento traria à universidade recursos públicos federais, mas dependia de fiscalizações. Em 1911, a reforma Rivadávia Corrêa, Decreto n.º 8.659, de 5 de abril, pôs fim ao monopólio federal de criação de instituições de ensino superior (Brasil, 1911). Com isso, instituições particulares surgiram em vários lugares do país, principalmente, após a regulamentação aprovada pelo Decreto n.º 10.106/13, que se refere às subvenções que o governo federal pagaria as instituições particulares para que continuassem o seu funcionamento (BRASIL, 1913).

Em 27 de julho de 1917, a Faculdade de *Sciencias Jurídicas e Sociais* se tornou autônoma quanto a sua estrutura acadêmica e de ensino, mantendo o vínculo administrativo e financeiro com a universidade. Era um primeiro passo para a desvinculação do curso frente a universidade. A ideia final era manter o curso organizado com as receitas e o patrimônio até ali amealhado, sem as despesas causadas pelos demais cursos da universidade. Para isso, era preciso pagar a inspetoria federal de forma a não envolver a universidade.

Exmos Snrs. Presidente e mais membro do Conselho Superior do ensino da República: A Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus, vem requerer a VV. Exas. que, atendendo à sua idoneidade por ato do secretario de Estado dos Negocios do Interior e Justiça, seja admitida a fazer o deposito da quota de fiscalização na Delegacia Fiscal do Tesouro Federal neste Estado, a fim de que, corridos trâmites legais, seja reconhecida capaz de expedir diplomas de habilitação profissional que possam ser registrados nas repartições federais e produzem os fins previstos nas leis vigentes (Menezes, 1959, p. 93).

A ação da Faculdade foi motivada pela escassez financeira da universidade, que por sua vez, sofria há alguns anos a crise na economia gomífera. A competição com a borracha comprada em seringais do sudeste asiático fez despencar o valor do látex de 17.000 para 7.000 contos de réis em meados da década de 1910. A título de exemplo, a dívida do Amazonas era de 100.000 contos de réis, enquanto a arrecadação em 1914 foi de 6.900 contos de réis e a de 1915 ficaria entre 1.250 e 5.800 contos de réis (Loureiro, 2008).

Nesse contexto, embora a Faculdade contasse com patrimônio próprio, não conseguia ter acesso aos recursos proporcionais por conta da crise que impactava no

orçamentário financeiro da universidade. Com efeito, sendo os cuidados com os fundos financeiros uma responsabilidade da universidade, a Faculdade não conseguia autorização para fazer depósitos bancários, criar fundos e retirar os recursos em seu próprio nome. Isso impedia qualquer tentativa de atrair a inspeção federal com fins de reconhecimento e concessão de recursos.

Segundo Menezes (1959), o diretor (reitor) da Universidade de *Manáos*, Astrolábio Passos, compreendendo a situação em que estava a universidade e a Faculdade, podendo essa última ser fechada, colaborou com o processo de cisão entre as duas, estabelecendo em 17 de janeiro de 1921:

O patrimônio em favor desta Faculdade, constante no valor de sessenta contos de réis por cessão que lhe foi feita pela Universidade de *Manáos*, tendo a honra, que para devidos fins, passa às mãos de VV. Ex.cas. o documento incluso que prova estar dito patrimônio aumentado para ser guardado no Banco do Brasil desta cidade. (Comunicação Ao Conselho Superior, 1922, p. 37 - [Revista Academica]).

Agora, desligada da universidade contando com recursos próprios da ordem de 60 contos de réis, a Faculdade decidiu por uma nova tentativa de reconhecimento e equiparação ao demais cursos federais por meio da inspeção. No mesmo ano de 1921 a faculdade realizou os depósitos e solicitou a avaliação. Foi nomeado o inspetor federal Dr. Benjamim Malcher de Souza. O inspetor verificou que o prédio da Faculdade ainda pertencia à Universidade de *Manáos* situada na rua Joaquim Nabuco, passando a exigir independência predial e material para a equiparação do curso.

Por influência dos professores da faculdade, o caso chegou novamente ao executivo estadual. O governador Rego Monteiro sancionou a Lei N° 1.132 de 2 de fevereiro de 1922, autorizando a transferência do patrimônio para a faculdade, ao custo de duzentos e dois mil réis. O prédio ficava no bairro de Constantinópolis (atual Educandos), onde já havia funcionado a escola de Aprendizes Marinheiros (Menezes, 1959, p. 102).

O problema parecia resolvido, mas o prédio estava em más condições de uso, além de estar distante das linhas de bonde. Assim, a despeito do esforço, o prédio acabou não sendo usado. As aulas da faculdade continuaram acontecendo na sede da universidade, sob a pressão de reprovação do curso pelo inspetor federal. A exigência continuava sendo a de um prédio independente. Como último recurso, a faculdade foi remanejada às pressas para os fundos do antigo prédio da prefeitura, no centro da capital. Um sobrado antigo, que funcionou no passado como residência de governadores. A instalação do curso foi realizada às expensas do estado do Amazonas até que as adequações da sede estivessem concluídas. Embora não ficasse claro na imprensa acadêmica o porquê, o valor pago dessa mudança foi simbólico, trata-se do implícito para interpretações, ou partes que não explicam

toda a complexidade (Luca, 2005). O fato é que o próprio governador já havia sido aluno da Faculdade de *Sciencias Jurídicas e Sociaes*.

A Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus é uma escola autônoma, sob a tríplice aspecto didático, administrativo e econômico, destinada a ministrar, às pessoas de ambos os sexos, o ensino integral de Direito no Estado do Amazonas (Estatutos. 1922, p.125 - [Revista Academica]).

Em 3 de agosto de 1923, depois de toda essa movimentação, foi concluído positivamente o relatório da equiparação pelo Conselho Superior de Ensino. O ministro de Justiça e Negócios Interiores baixou a portaria de equiparação em 14 de setembro de 1923, para a comemoração da comunidade acadêmica.

A partir de 1923, começarão sempre a 17 de janeiro, data em que os novos dirigentes tomarão posse de suas funções em sessão solene, a fim de comemorar condignamente, por este modo festivo, a data de fundação da nossa Faculdade e quicá dos cursos de ensino superior no Estado do Amazonas, antes de tudo, felicitar-vos pela auspiciosa Victoria por nós alcançada, após treze anos de laboriosa e útil existencia, em virtude da nomeação do inspetor federal junto á nossa Faculdade para efeitos de sua equiparação aos institutos officiaes congeneres (Exposição..., 1923, s/n. - [Revista Academica]).

Os anos seguintes não foram fáceis quanto a estrutura da instituição. A faculdade se mudou em muitas ocasiões, chegando a ocupar por mais uma vez o prédio da extinta Escola Universitária Livre de *Manáos* (desde 1913 chamada de Universidade de Manaus). "Somente em 23 de janeiro de 1938, a Faculdade inaugura seu prédio na Praça dos Remédios, fixando sua sede com a nomenclatura de Faculdade de Direito do Amazonas" (Menezes, 1959, p. 164).

Archivos e Revista Academica: construção da memória

Com a transformação rápida da cidade de Manaus entre o final do século XIX e início do século XX, surgem diferentes instituições que além de fomentar a cultura, conforme já apontamos, também agem no sentido de construir ou manter a memória da região (Le Goff, 2013). Algumas dessas entidades são escolas, jornais, clubes ou mesmo instituições oficiais, como o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), em 1917.

[...] a memória tem um papel considerável no mundo social, no mundo cultural e, bem entendido, nas formas elementares da historiografia. A partir do século XIII na Itália, e noutros países do século XIV, proliferam os primeiros arquivos. Com a expansão das cidades, a memória urbana, para as instituições nascentes e ameaçadas, torna-se verdadeira identidade coletiva. Com o impresso, o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme. A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade (Le Goff, 2013, p. 210).

A revista *Archivos* da Universidade de *Manáos* teve como diretor o próprio reitor da antiga Escola Universitária Livre, o Dr. Astrolábio Passos. Contava também com uma comissão de redatores, dentre os quais estavam Jorge de Moraes (Professor da Faculdade de Medicina), Dr. Pedro Regalado Epiphanyo Baptista (Vice diretor da Faculdade de *Sciencias Jurídicas e Sociaes*) e Dr. Raphael Benaion (Professor de Direito Romano da Faculdade de *Sciencias Jurídicas e Sociaes*), Pedro Botelho (Diretor da Escola Prática de Instrução Militar) acrescentado posteriormente outros lentes como Raimundo Pinheiro (Professor do curso de Agrimensura e Faculdade de *Sciencias e Lettras*). Sua primeira edição consta de 1911. Em suas edições, eram transcritos os programas das cadeiras de ensino, decisões, relatórios, movimentação da Escola, além reflexões, sínteses e notícias (Menezes, 1959).

A *Archivos* da Universidade de *Manáos* teve uma circulação trimestral para assuntos diversos e, ao menos, uma edição comemorativa para a memória da instituição, após cinco anos de funcionamento da Escola Universitária Livre de *Manáos* (1909 – 1913). Diversas cópias dessa edição especial foram enviadas para outras instituições de ensino em 1914, recebendo respostas de pessoas ilustres de diferentes regiões do país.

Ministro dos negócios da Fazenda
Rio de Janeiro – Junho, 1910.

De posse do vosso offício n.º 39, de 16 de Março próximo findo, pelo qual vos dignastes comunicar-me haverem sido instalados os diversos cursos dessa Escola Universitária, cujos alevantados intuitos muito honram a iniciativa dos seus instituidores, agradeço-vos a gentileza da comunicação e bem assim o oferecimento que me fizestes de um exemplar dos Estatutos. a) Leopoldo Bulhões. (Correspondência [...], 1914, p. 4 – [Archivos da Universidade de Manáos]).

Contando com seus próprios professores e diretores a contar a história de sua fundação e desenvolvimento, responsáveis também por enviar essa informação em telegramas e correspondências e até a própria revista *Archivos* para diferentes partes do país, fica evidenciada a proposta de construção de memória. As comunicações apontam reconhecimentos de várias instituições à Universidade de *Manáos* e a Faculdade de *Sciencias Jurídicas*. Importante ressaltar que, apesar da capital amazonense está distante dos principais centros urbanos do país, não significava isolamento geográfico, uma vez que mantinha um grande centro comercial de exportação com porto flutuante internacional. Devido ao comércio do látex, havia exportações e importações com grandes centros econômicos europeus. Nesse sentido, a Universidade de Manaus também não se mantinha isolada, trocava correspondências com diversos órgãos do Brasil e do exterior, angariando reconhecimento intelectual, longe de ser isolada devido sua localização geográfica. A seus periódicos acadêmicos e institucionais, tratavam de garantir

reconhecimento de um empreendimento a ser lembrado. A *Archivos* da Universidade de Manaus, contudo, não foi a única a constituir memória da história da educação no Amazonas. A Faculdade de *Sciencias Jurídicas e Sociaes* criou, tempos depois de sua formação, uma revista direcionada à sua própria memória, a Revista Acadêmica.

Em comemoração ao 1º centenário da independência nacional [...] a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociaes de Manaus lança a publicidade o primeiro número de sua Revista Acadêmica, a qual terá por escopo informar minuciosamente a respeito da vida do instituto de que é representante, levando ao público a história acadêmica deste injustamente apreçado rincão que é o Amazonas [...] A Revista será um órgão de ensino para seus discípulos, e um veículo de propaganda do nosso *grão* de cultura jurídica. Demonstração prática da eficiência (Credenciais [...], 1922, p. 19 - [Revista Acadêmica]).

A Revista Acadêmica (1922) apresentava sua capa confeccionada a mão, com aparência de um diário jovem, nas cores rosa e azul. Em sua capa, entre as notícias, a informação de que havia sido impresso pela tipografia do *Gá e Lá*, com redação situada na Av. Joaquim Nabuco. Dentre os nomes referenciados na capa de sua primeira edição estão o reitor Astrolábio Passos como diretor de honra da revista, diretor da Faculdade e Desembargador Gaspar Guimarães como diretor chefe, e a comissão de redação composta pelos doutores e lentes Regalado Baptista, Sá Peixoto, Gilberto Saboya e Waldemar Pedrosa.

A Revista Acadêmica será um órgão de ensino para discípulos e, ao mesmo tempo, um veículo de propaganda do nosso grão e cultura jurídica entre os mestres. [...] oferece antes de tudo, singelo atestado da capacidade intelectual dos que ministram o ensino do direito nesta parte da República (Credenciais [...], 1922, p. 19 - [Revista Acadêmica]).

A Revista Acadêmica se tornou lugar de memória da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociaes de Manaus pois se apresentava de forma nostálgica quanto a trajetória, os funcionários e a instituição. Por meio de expressões como “consagrada” “lembança do passado tão cheio de glórias desta Faculdade” enaltecia a vida da instituição e a sua história acadêmica. Nesse sentido, a leitura desse periódico deve ser feita de forma a ter cuidado com os posicionamentos expostos na produção de um texto que, além de produzir memória, também reflete os interesses dos docentes para com os alunos e sociedade (Luca, 2005).

Os leaes, inestimaveis e immorredouros serviços á Instucção Publica prestados nesta circumscripção republicana pelo dr. Astrolabio Passos, merecem consignaçon especial da Revista, afim de que, em suas paginas, fiquem perpetuamente gravados e lembrados (O nosso [...], 1922, p. 23 - [Revista Acadêmica]).

A revista realizava algumas notas sobre discentes que se destacavam como forma de incentivo aos demais estudantes. Também exaltava o novo prédio da instituição, posto que

este simbolizava a conquista da autonomia financeira, didática, administrativa e econômica. Porém, as matérias eram especialmente produzidas quando apareciam os funcionários “de honra”, isto é, os docentes da Faculdade e os criadores da universidade. Nas “Notas *Biographicas* sobre o corpo docente da Faculdade de *Sciencias Juridicas e Sociaes de Manáos*”, eram referenciados o currículo, os títulos e as conquistas dos professores.

O Director Gaspar Antonio Vieira Guimarães, bacharel em Sciencias Juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito do Recife. Lente cathedratico de Direito Internacional Publico e Diplomacia, que lecciona desde 1912 (7 de junho). Desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Estado. Membro da Academia Amazonense de Letras. Socio, premiado com medalha de ouro, da Sociedade de Homens de Letras, de França. Cavalleiro da Legião de Honra, de França, e da Ordem da Corôa, da Belgica. Ex-chefe de Policia do Estado e ex-deputado ao Congresso dos Representantes do Amazonas. Eleito vice-director da Faculdade, em substituição, em 1915, e director effectivo, para o quinquennio de 1915-1919, foi reeleito Director para o atual triennio, de 1920-1922, prorrogado pelos novos Estatutos até 17 de Janeiro de 1923 (Notas [...], 1922, p. 39 - [Revista Academica]).

Além da trajetória acadêmica, um fato chama a atenção nessas publicações: o esforço do periódico da faculdade em publicar as fotografias dos homenageados. A publicação de fotografias não era fácil nesse período. Justamente por isso, o trabalho da Revista Academica demonstrava um interesse na construção de memórias e representações simbólicas daqueles indivíduos que estavam realizando as primeiras formações superiores na região.

Assim, verificamos que a fotografia, no escopo da biografia dos criadores e mantenedores da Faculdade e da universidade tinha uma clara intenção de registro, além, evidentemente, de respaldo de toda a narrativa oficial que apoiava a revista. As imagens, da forma com que foram produzidas, constituíram uma memória institucional intencional de como a Faculdade gostaria de ser vista na sociedade (Le Goff, 2013).

O Academico: aspiração da mocidade acadêmica

Dentre os três periódicos diretamente ligados a Faculdade de *Sciencias Juridicas e Sociaes*, *O Academico - Órgam dos estudantes da Faculdade de Ciências Juridicas e Sociaes de Manáos*, é o que aparece com maior liberdade de escrita, pois a sua produção partia dos discentes da instituição. Criado posteriormente ao processo de separação da universidade e de reconhecimento federal, *O Academico* nos mostra como a memória da instituição estava sendo mantida na visão dos docentes, dos alunos e da sociedade manauara.

O periódico publicava o posicionamento dos alunos quanto as ideias relacionadas à política nacional e regional, além de escreverem sobre a construção dos seus

conhecimentos jurídicos, o expediente da instituição, a arte, a literatura e cultura geral. Nas suas palavras:

O Academico, jornal que tem por principal objetivo pugnar pelo desenvolvimento da instrução no Amazonas. Trata-se de um jornal que visa estimular o espírito da mocidade, dando expansão ao seu raciocínio e vulgarização dos seus conhecimentos obtidos nas matérias do curso de direito (O acadêmico [...], 1926, p. 1 - [O Academico]).

O Academico trazia uma coluna de Crônica Social direcionada aos aniversariantes do mês, geralmente conhecidos do corpo editorial como professores, colegas da instituição e dos colégios da cidade, além de comemorações relacionadas aos comerciantes. Também parabenizavam os noivos e os nascimentos, sob o título de “Dádivas e Panelada”, a partir de sua segunda edição. Também havia espaço para as notas fúnebres, sob o nome “Morto Ilustre”, “Necrologio” ou “Cinzas de Cícero”. Assuntos econômicos, sátiras acerca do pagamento das ligações em telefones, bacharelados, notícias do Nacional futebol clube, o sistema penitenciário e informações sobre a Escola de Direito do Recife. Afinal, depois do que colocamos, não é preciso destacar que as elites sociais da cidade ocupavam as vagas da universidade, destacando-se ainda mais no curso de Direito. O jornal O Academico buscava entender, discutir e alfinetar com os assuntos sociais, locais e políticos que envolviam a cidade de Manaus e a instituição.

Algumas homenagens a políticos e membros da comunidade acadêmica também podem ser encontradas em O Academico, como no caso do professor e governador do estado do Amazonas Ephigênio Salles (1925 – 1929). Neste caso em específico, consta no próprio periódico que o governador havia realizado uma doação de quatorze contos de reis à Faculdade de *Sciencias Juridicas e Sociaes*, mostrando a influência que a imprensa pode sofrer no processo de produção das suas matérias.

Lente honorário da nossa academia, mesmo independente dessa honraria a que tanto preza e dignifica, o doutor Ephigenio Salles, estamos certos, pois que sua ação administrativa tendam ao bem colectivo. Se bem que não resolva todo o problema financeiro da nossa escola que, desde muito, devêra officializada pelo estado, subvenção em apreço Valle por uma affirmacão cathégorica, já qie logo tanto carinho tem demonstrado pelo nosso instituto, o único do Amazonas equiparado aos estabelecimentos de ensino superior da União, constitue uma das paginas mais longas dos annaes da nossa instrucção (Um grande amigo [...], 1926 - [O Academico]).

Conforme dissemos, o periódico, contudo, não se furtava a discussão de temas políticos. Um desses assuntos envolvendo política internacional, ainda muito discutido no norte do país no início do século XX, foi a compra da região que atualmente é o estado do Acre. A discussão com tons raciais sobre a ocupação da região por imigrantes aqueceu a escrita dos estudantes.

Acha que essa migração deve ser meramente espontânea, ou deva ser intensificada pelo governo do Brasil? Que ordem e auxílios o governo pode prestar aos imigrantes? Pensa que essa imigração pode ser exclusivamente da raça branca? Qual sua opinião de v. exc. acerca da imigração amarela? (O problema [...], 1926 - [O Academico]).

No entanto, provavelmente, a sua maior contribuição seja mesmo a conteúdo de sua pesquisa antropológica. Há em suas páginas uma considerável investigação sobre as tribos *Parintintin*, abordando seus costumes, tradições, rituais, inclusive com fotografias dos indígenas, vestidos com trajes urbanos da época. Mulheres indígenas vestindo saiotas, blusas e sapatos e os homens com paletó em um claro processo de aculturação. De forma geral, as suas matérias também relatavam o cotidiano do homem amazônico, ressaltando aspectos culturais, políticos e econômicos, mas também tratando da navegação na região, da extensão territorial, do saneamento da cidade e do seu progresso.

Do primeiro exemplar até o último, por volta de 1927/28, percebemos que O Academico, se tornou mais organizado visualmente, dividido em três colunas, com fotos de seus redatores, crescendo sua formatação de quatro para oito páginas. Iniciando com a diretoria do jornal, o professor Souza Brasil ao lado dos redatores responsáveis Abilio Alencar e Pedro Madeira, seguidos de notícias ilustradas na capa. Havia espaço ainda para assuntos econômicos, universitários, reflexões sobre o governo, expediente do centro acadêmico, comerciais de peças teatrais, calendário acadêmico, viajantes e enfermos das doenças tropicais.

Com circulação quinzenal ao preço de 300 réis por exemplar, na segunda edição, baixou o preço dos exemplares avulsos a 200 réis. A tiragem do Academico chegou a ser de 2.000 exemplares. Os anúncios eram lidos quinzenalmente por duas mil pessoas no Amazonas e Acre. O financiamento do periódico também se dava pela assinatura de cinco mil réis, por donativos de estudantes e pela propaganda de comerciantes, tais como: A formosa Amazonense, que vendia tecidos e roupas; a Companhia de seguros do Pará; Gomes & Comp. serviços de Telegrafia; Pharmacia Lopes com laboratório e consultório médico; Casas Canavarro, serviço de caixa postal; Soares armazém de ferragens; Fábrica Progresso de vapor; Panificação e biscoitaria Nogueira Irmãos; Cigarros Terezita e Paqueta (Terceira [...], 1927, p. 4 - [O Academico]).

Sua redação mudou de local algumas vezes, tal como a própria faculdade: "Redação, na av. sete de setembro, oficina- rua Saldanha Marinho, na tipografia do jornal União Portuguesa" (Expediente [...], 1926, p. 02 - [O Academico]). Um ano depois, "[...] a redação, no edifício da Faculdade, a av Silverio Nery. O Academico encontra-se à venda na Papelaria e Typographia Augusto Reis, à rua Henrique Martins, 23 – Manáos" (Expediente [...], 1927, p.

2 - [O Acadêmico]). Neste mesmo ano de 1927, a redação do Acadêmico funcionou na Praça da Saudade, 14, sob direção do professor Souza Brasil, depois na rua Joaquim Nabuco.

O jornal O Acadêmico tinha um espaço acanhado e modesto, assim, visto por seus redatores, mas obteve apoio de jornais maiores na sua divulgação, como O Dia, O Estado do Amazonas, Diário Oficial, O Libertador, Jornal do Commercio e União Portuguesa. Em resposta, os redatores desse jornal discente, em nota, agradeceram por diversas vezes o “estímulo para aspirações da mocidade acadêmica” (Provas [...], 1926, ed. 2, p. 4 - [O Acadêmico]).

Considerações Finais

A Faculdade de *Sciencias Jurídicas e Sociaes de Manáos* foi uma contribuição ao cenário intelectual amazonense, conforme podemos entender com base nas pesquisas realizadas. Uma instituição que transformou o cenário da região e marcou história no país, dentro do contexto da criação da Escola Universitária Livre de Manaus.

A instituição formou e teve como professores nomes de grande expressão em sua história que já conta com mais de um século. Um desses prestigiados nomes é o professor, economista, empresário, cientista e ex-aluno do curso de Direito da Universidade Federal do Amazonas, Samuel Issac Benchimol. Em sua aula de despedida, descreveu sua experiência, na sede do curso, na praça dos Remédios, homenageando a instituição e sua contribuição ao ensino superior no Amazonas (Benchimol, 2004, p. 37-38):

Durante o boom econômico se teve, também a preocupação de formar lideranças e proporcionar educação ao povo, ao lado de imensos investimentos em infraestrutura [...] ausência em ciências, tecnologia, educação. A Faculdade de Direito e suas colegas congêneres federais, desde a sua fundação em 1909, (em todas as fases de desenvolvimento da cidade, forma líderes), proporcionando ensino superior para formação de juristas, professores, políticos [...]. Desta Faculdade saíram nomes e talentos, tanto no campo de juízes, desembargadores, ministério público, advocacia privada, altos cargos do Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior de Justiça e do Trabalho [...] durante um século, o alunado vem se formando por esta antiga e tradicional escola, dentro dos melhores padrões possíveis de ensino, apesar da pobreza e das obsoletas instalações. [...] é preciso salientar que esta faculdade foi responsável pela nossa formação e ascensão cultural e econômica. Ela nos retirou da situação de pobreza e penúria, eu estudante pobre, vindo do interior do rio *Abuñá* [...] conhecedor das lutas, trabalho por 15 anos e todo esse esforço e dedicação serviu de base para concluir o curso de direito [...] após disputa de provas, exames e títulos, consegui obter ambicionada cátedra.

Assim como expõe o professor Benchimol, compreendemos que a Faculdade de *Sciencias Jurídicas* foi fruto de um contexto específico, considerando a situação do país e das suas demais capitais. Os benefícios do auge da economia gomífera, a formação de grupos sociais interessados em desenvolver socialmente e culturalmente a região, além do

investimento em estrutura na cidade de Manaus proporcionaram uma *Belle Époque* manauara em que não apenas o Teatro Amazonas se destaca, mas também a fundação da Faculdade de *Sciencias Juridicas e Sociaes* no seio da *Escola Universitaria Livre de Manáos*.

Inicialmente vinculada a Escola Universitária Livre de Manáos, a Faculdade escreveu uma importante história do ensino superior no Estado do Amazonas e na região norte do Brasil. Ao se separar da universidade, a Faculdade continuou ofertando a cidade o curso jurídico que antes era realizado fora da capital, geralmente no Recife, no Rio de Janeiro ou mesmo fora do país.

Nesse sentido, é possível afirmar que mesmo antes do processo de reconhecimento da inspetoria federal, a Faculdade contribuiu sobremaneira para o estabelecimento do campo jurídico na região da capital e dos interiores do Amazonas. Por meio dos periódicos, testemunhas e divulgadores de todos os eventos no século XX, como descreve Tania de Luca (2005), foi possível reconstruir a memória dos momentos iniciais da Faculdade de *Sciencias Juridicas e Sociaes*, o reconhecimento federal entre 1909 e 1921, bem como algumas das lutas para sua manutenção. Os periódicos ligados a Instituição constituem, portanto, um inestimável acervo da memória da faculdade, apresentando sua trajetória de construção intelectual, cultural, institucional e de identidade que, por fim, ajudaram a formar a atual Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas.

Como citar este artigo:

ABNT

ARAÚJO, Cristina da Silva; LIMA, Fábio Souza Correa. História da Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes de Manáos no contexto de *Belle Époque* - 1909. *Passagens rev. int. hist. pol. e cult. jur.*, Niterói, v. 17, n. 3, p. 483-503, set.-dez. 2025. <https://doi.org/10.15175/1jw33906>

APA

Araújo, C. S., & Lima, F. S. C. (2025). História da Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes de Manáos no contexto de *Belle Époque* - 1909. *Passagens rev. int. hist. pol. e cult. jur.*, 17(3), 483-503. <https://doi.org/10.15175/1jw33906>

Copyright:

Copyright © 2025 Araújo, C. S., & Lima, F. S. C. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

Copyright © 2025 Araújo, C. S., & Lima, F. S. C. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

Editora responsável pelo processo de avaliação:

Gizlene Neder

Referências

BENCHIMOL, Samuel. Aula de Despedida. *Revista da Faculdade de Direito do Amazonas*. n.11, p. 37-47, 2004.

BIBLIOTECA NACIONAL. *O Acadêmico*: Orgam dos estudantes da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus. Rio de Janeiro, BND, 1926-1928.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Decreto n.º 10.106, de 5 de março de 1913*. Aprova o regulamento para a concessão de subvenções e para a sua fiscalização. 1913. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-10106-5-marco-1913-522978-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 maio 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Decreto n.º 8.659, de 5 de abril de 1911*. Aprova a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 maio 2024.

BURNS, Edward Brandford. *Manaus, 1910*: retrato de uma cidade em expansão. Tradução de Ruy Alencar. Manaus: Secretaria de Imprensa e Divulgação do Estado do Amazonas, 1966.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã*: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. São Paulo: UNESP, 2007.

DAOU, Ana Maria. Instrumentos e sinais da civilização. Origem, formação e consagração da elite amazonense. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. v. 6, p. 867–888, set. 2000. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702000000500006>

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. (Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 2013.

LOUREIRO, Antonio. *A grande crise*. Manaus: Valer, 2008.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MENEZES, Aderson. *História da Faculdade de Direito do Amazonas*. Manaus: S. Cardoso, 1959.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Imprensa e mundos do trabalho na *Belle Époque* Manauara. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. *Anais [...]* João Pessoa: UFPB, 2003. p. 1-8.